

ENPCT - EMPRESA NACIONAL DE PARQUES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, E.P.

Demonstrações Financeiras Auditadas - 31 de Dezembro de 2020

ÍNDICEPÁGINA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	4
BALANÇO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	11
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
1. Introdução	16
2. Princípios Contabilísticos	17
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	24
4. Gestão de risco, objectivos e políticas	25
5. Activos Tangíveis e intangíveis	27
6. Devedor estado	28
7. Clientes	28
8. Outros devedores	28
9. Caixa e bancos	29
10. Capitais próprios	29
11. Rendimentos deferidos e Outros Credores	30
12. Credor estado	30
13. Acréscimo de gastos	30
14. Outros credores	31
15. Fornecedores	31
16. Vendas de serviços	31
17. Gasto com pessoal	32
18. Fornecimentos de serviços com terceiros	32
19. Outros ganhos ou perdas operacionais	33

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da ENPCT - Empresa Nacional De Parques De Ciência E Tecnologia E.P. que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC - NIRF).

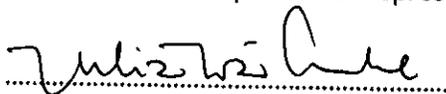
Os administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, quer devidas a fraude, ou a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os Administradores efectuaram uma avaliação da capacidade da Empresa continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade e não têm motivos para acreditar que a Empresa não possa continuar a operar em obediência a este princípio, no futuro próximo.

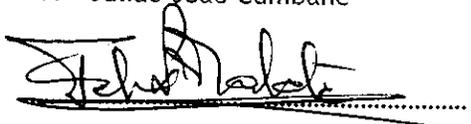
O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC - NIRF).

Aprovação das demonstrações financeiras

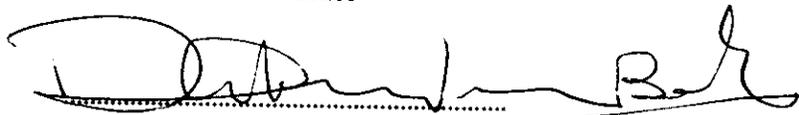
As demonstrações financeiras da ENPCT - Empresa Nacional De Parques De Ciência E Tecnologia E.P como indicado acima foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de Abril de 2021 e foram assinadas pelos seus representantes:



Dr. ° Julião João Cumbane



Dr. ° Félix Pedro Malate



Dr. ° Daniel Baloe

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião Limpa

Auditámos as demonstrações financeiras da **ENPCT - Empresa Nacional De Parques De Ciência E Tecnologia E.P.**, (“a empresa”), constantes das páginas 7 a 32, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020, e a demonstração de resultados, as demonstrações de alterações no capital próprio e fluxos de caixa do ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Base de Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da empresa de acordo com o *Código de Ética para revisores oficiais de contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA)* e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas, de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião de auditoria.

Incerteza Material relacionada com o Pressuposto da Continuidade

A pandemia de CoVid-19 é um desafio sem precedentes para a humanidade e para a economia globalmente, e na data deste relatório seus efeitos estão sujeitos a vários níveis de incerteza. Esses efeitos podem impactar a futura posição financeira e o desempenho da empresa. As incertezas relacionadas aos efeitos potenciais do CoVid-19 são relevantes para o entendimento de nossa auditoria das demonstrações financeiras. Todas as auditorias avaliam e contestam a razoabilidade das estimativas feitas pela empresa, as divulgações relacionadas e a adequação do pressuposto de continuidade das demonstrações financeiras. A adequação da hipótese de continuidade operacional depende de avaliações do futuro ambiente econômico e das perspectivas e desempenho futuros da empresa. Uma auditoria não pode prever os factores desconhecidos ou todas as possíveis implicações futuras para uma empresa e esse é particularmente o caso em relação ao CoVid-19. A nossa opinião não é qualificada em relação a esta matéria.

Outra Informação

Os Administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende o relatório dos Administradores e a declaração de responsabilidade dos Administradores como exigido pelo Código Comercial de Moçambique. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar sobre se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma contenha distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidades da Gestão e dos Responsáveis pela Governação das Demonstrações Financeiras

A Gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade - Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, matérias relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizar o princípio do pressuposto da continuidade, a menos que a administração pretenda efectuar a dissolução da Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. Igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implantamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtivemos um entendimento do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pelos Administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos Administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa

tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

UHY Auditores e Contabilistas Certificados Limitada Nr 22/SCA/OCAM/2020

Representada por:



Pedro Viagem-Auditor Certificado Nr 73/CA/OCAM/2014

Sócio

Maputo, 15 de Abril de 2021

Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, E.P.

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em MZN)

Descrição	Notas	2020	2019
Ativos não correntes			
Ativos tangíveis	5	384 729 871	397 375 791
Ativos intangíveis	5	-	-
Total de ativos não correntes		384 729 871	397 375 791
Ativos correntes			
Gastos diferidos		114 847	-
Devedor estado	6	7 033 627	-
Clientes	7	661 659	71 923
Outos devedores	8	488 562	-
Outros ativos financeiros		-	2 340
Outros ativos correntes		-	6 772 371
Caixa e bancos	9	25 554 143	6 032 564
Total de ativos correntes		33 852 838	12 879 198
Total de ativos		418 582 710	410 254 989
Capital próprio e passivos			
Capital		441 600 000	441 600 000
Prestações Suplementares		64 713 892	64 713 892
Resultados transitados		(110 537 597)	(98 679 475)
Resultados do exercício		(4 284 276)	(11 858 122)
Total de capital próprio	10	391 492 020	395 776 296
Passivos não correntes			
Rendimentos diferidos	11	6 709 623	-
Outros credores	11	10 000 000	-
Total de passivo não corrente		16 709 623	-
Passivo corrente			
Credor estado	12	538 893	-
Acréscimo de gastos	13	1 605 366	-
Outros credores	14	1 852 123	-
Fornecedores	15	6 384 686	7 423 177
Outros passivos financeiros		-	2 090 059
Outros passivos correntes		-	4 965 457
Total de passivo corrente		10 381 067	14 478 693
Total de passivo		27 090 690	14 478 693
Total de capital próprio e passivo		418 582 710	410 254 989

O TÉCNICO DE CONTAS CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO



Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, E.P.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

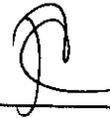
(Valores expressos em MZN)

Descrição	Notas	2020	2019
Vendas			
Vendas de serviços	16	7 849 359	2 518 511
Rendimentos Suplementares		1 344 291	-
Proveitos operacionais		9 193 650	2 518 511
Gastos com o pessoal	17	29 712 982	29 618 069
Fornecimentos e serviços de terceiros	18	10 088 257	12 030 615
Amortizações do exercício	5	12 724 042	13 712 935
Gastos Operacionais		52 525 281	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	19	38 547 164	38 267 407
Resultado Operacional		(4 784 468)	(14 575 701)
Ganhos financeiros		626 829	3 024 820
Gastos e perdas financeiras		126 637	307 241
Resultados financeiros		500 192	2 717 579
Resultado antes do imposto		(4 284 276)	(11 858 122)
Impostos sobre o rendimento		-	-
Resultado líquido do imposto		(4 284 276)	(11 858 122)

O TÉCNICO DE CONTAS CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO



Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, E.P.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em Meticais)

Descrição	2020	2019
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do período	(4 284 275)	(11 858 122)
Amortizações	5 12 724 042	13 712 935
Aumento de outras contas a receber	(1 452 063)	(2 775 456)
Aumento de contas a pagar	12 611 997	1 854 814
Caixa líquida usada pelas actividades operacionais	19 599 700	817 643
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos intangíveis	5 -	-
Aquisição de activos tangíveis	5 (78 121)	-
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(78 121)	(103 000)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	19 521 579	(103 000)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	6 032 564	6 135 564
Caixa e equivalentes de caixa no fim do ano	25 554 143	6 032 564

O TÉCNICO DE CONTAS CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO



Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, E.P.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
(Valores expressos em Meticais)

Capital próprio atribuível aos detentores do capital da ENPCT, E.P.

Natureza dos Movimentos	Capital social	Reservas legais	Resultados Transitados	Resultados suplementares	Resultado do período	Total	Total do capital próprio
Saldo no início de 2020	441 600 000	64 713 892	(11 858 122)	-	(98 679 475)	395 776 296	395 776 296
Ajustamentos de capital		(64 713 892)		64 713 892		-	-
Resultado líquido do período			(98 679 475)		(4 284 275)		
Saldo no fim de 2020	441 600 000	-	(110 537 597)	64 713 892	(4 284 275)	391 492 020	391 492 020

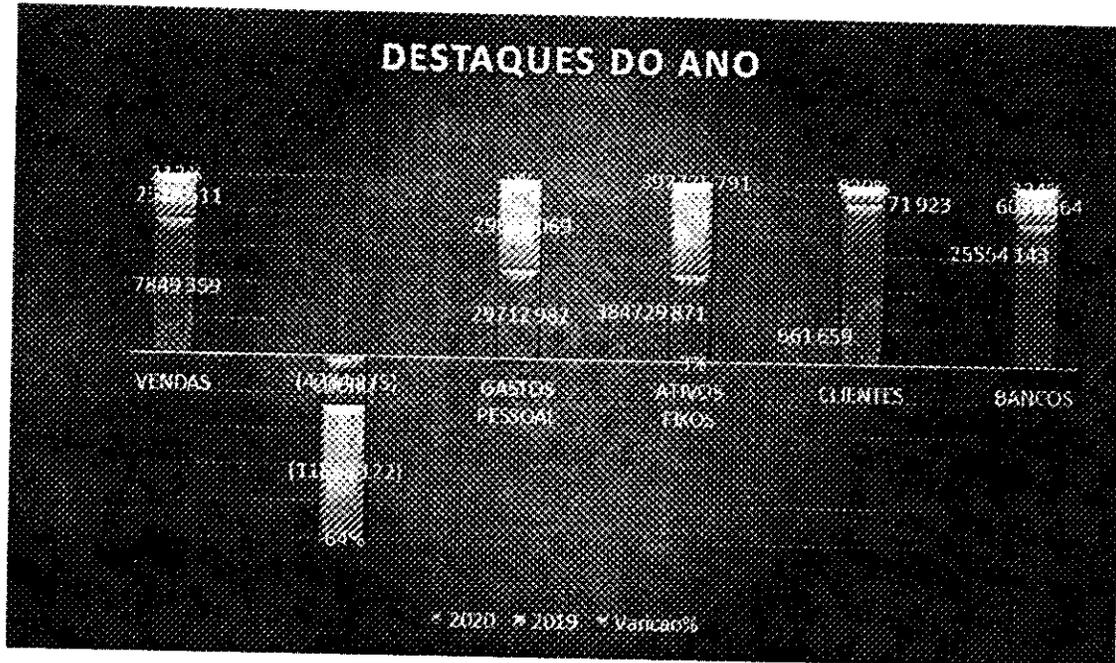
O TÉCNICO DE CONTAS CERTIFICADO



A ADMINISTRAÇÃO

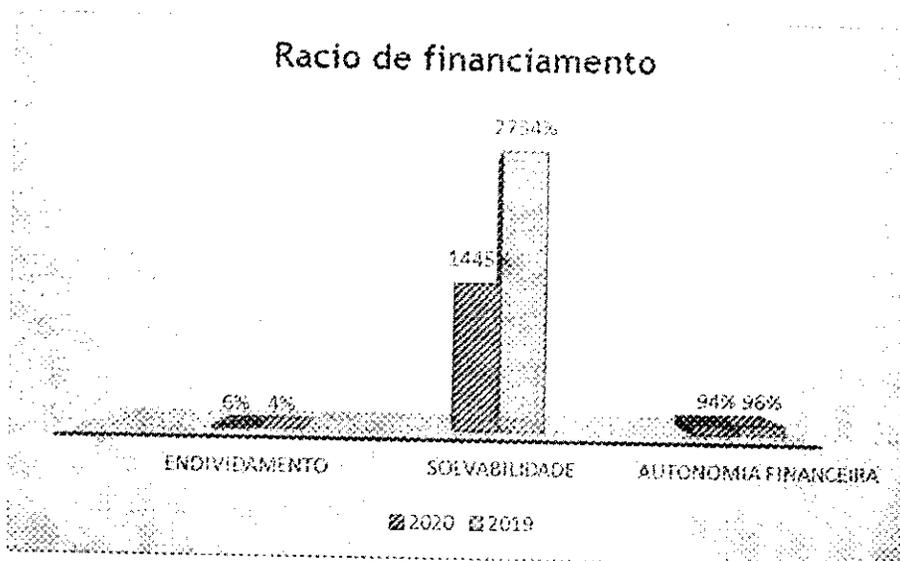


ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



	2020	2019	Variação%
VENDAS	7 849 359	2 518 511	212%
LUCRO	(4 284 275)	(11 858 122)	-64%
GASTOS PESSOAL	29 712 982	29 618 069	0%
ATIVOS FIXOS	384 729 871	397 375 791	-3%
CLIENTES	661 659	71 923	820%
BANCOS	25 554 143	6 032 564	324%

As finanças de uma empresa podem afetar a estrutura da organização. Neste sentido a administração financeira deve ajudar a planejar e a nortear o futuro da empresa. E para que se possa acompanhar a evolução e identificar possíveis deficiências na gestão financeira e económica, é de suma importância a análise das demonstrações financeiras através de índices, os quais são mostrados abaixo:



- **Rácio de Endividamento**

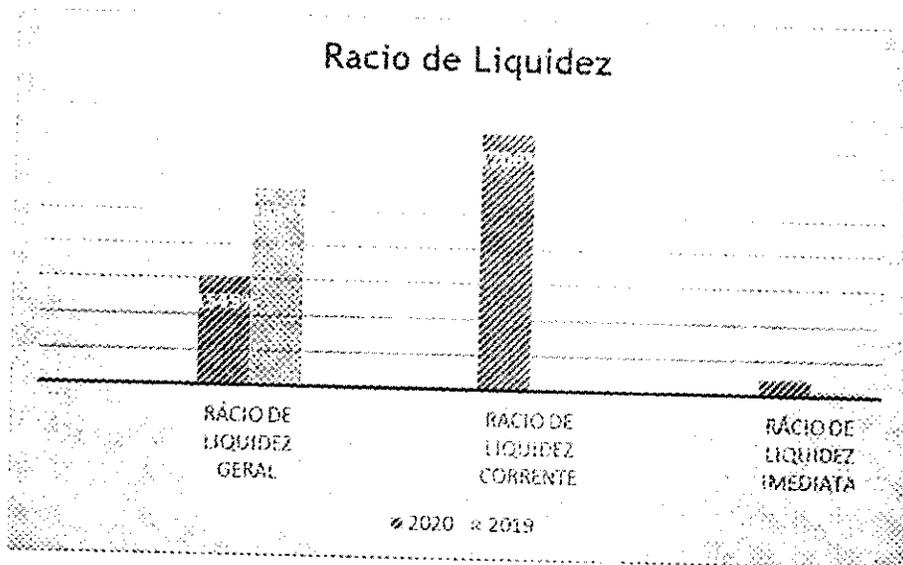
O gráfico acima mostra que até a data do balanço, a ENPCT aumentou ligeiramente o seu endividamento em 2%, sendo que esta percentagem, mostra um ligeiro aumento de dependência dos capitais alheios, e substancial intervenção dos ativos que tiveram como origem os capitais próprios da empresa.

- **Rácio de Solvabilidade**

O gráfico mostra que até a data do balanço a solvabilidade da ENPCT reduziu de forma significativa quando comparado com o ano anterior, sendo que este atingiu uma variação negativa de 1288%. Mas mesmo assim a empresa mostra-se ainda estar altamente estável quanto a cobertura dos credores. Visto que com os capitais próprios da empresa conseguem cobrir integralmente os capitais alheios e ainda registar um remanescente de 1345%

- **Rácio de Autonomia Financeira**

A ENPCT mostra literalmente um rácio de autonomia financeira aceitável embora tendo reduzido em 2%, quando comparado com o exercício económico anterior. Contudo o facto dos ativos fixos tangíveis terem maior peso no activo total líquido faz desse indicador reduzir significativamente a sua robustez.



- **Rácio de Liquidez Geral**

A ENPCT até a data do balanço registou uma variação negativa de liquidez geral, tendo registado uma margem de 1288% de variação, o que implica que a empresa reduziu significativamente a sua aptidão de honrar com os seus compromissos totais, recorrendo ao seu ativo na totalidade.

Os 1545% da percentagem de liquidez geral registada pela empresa na data do balanço, conforme mostra o gráfico acima, revela ainda que a ENPCT, está apta em solver com os seus compromissos na plenitude, e ainda registar um remanescente na razão de 1445%.

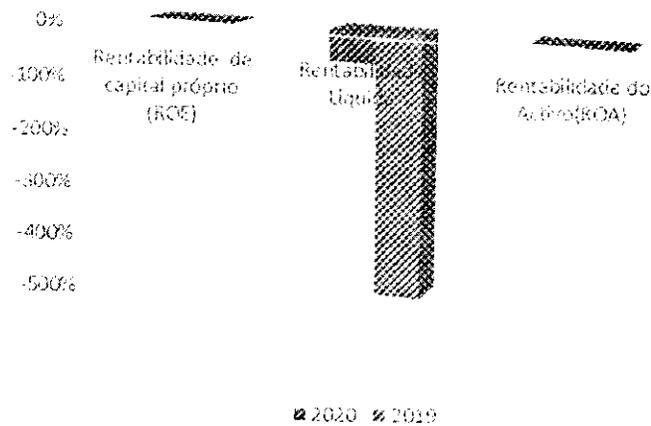
- **Rácio de Liquidez Corrente**

Até a data do balanço a ENPCT apresenta um aumento significativo na razão 3694% de rácio de liquidez corrente, podendo isso significar que a empresa, está apta em honrar com os seus compromissos de curto prazo recorrendo ao seu ativo também de curto prazo.

- **Rácio de Liquidez Imediata**

O rácio de liquidez imediata mostra que até a data do balanço a ENPCT apresentava um rácio de liquidez imediata de 246% positivo. Diferentemente de 85% do exercício económico anterior. Visto que a empresa, registou um aumento significativo na margem de 161% no que concerne a sua capacidade imediata de poder honrar seus compromissos de curto prazo, esta posição deveu-se em grande medida pelo facto de a empresa ter recebido MZN 15 000 000 do IGEPE, para subsidio de investimento e para aquisição de viaturas para os administradores da empresa a título gratuito.

Rácios Económicos



- **Rentabilidade de capital próprio (ROE)**

O gráfico acima revela que até a data do balanço a ENPCT registou uma ligeira melhoria no que concerne a rentabilidade dos capitais próprios, visto que o retorno sobre o seu património líquido está avaliado numa margem negativa de -1%, quando comparado com os -3% do exercício económico passado.

Esta melhoria de retorno dos capitais próprios deveu-se ao facto de, a ENPCT ter registado uma venda significativa com a empresa- CEDSIF.IP que contribui em 62% das vendas globais da empresa.

- **Rentabilidade Líquida**

Até a data do balanço a ENPCT registou uma rentabilidade líquida negativa avaliada em cerca de -55%, o que significa que parte insignificante dos resultados líquidos tem como origem as vendas da empresa.

Apesar de o resultado deste indicador ser negativo, quando comparado com o exercício anterior, houve uma grande melhoria na ordem de 416% que perfazem uma variação positiva.

- **Rentabilidade dos activos**

O Gráfico acima revela que até a data do balanço a empresa registou uma rentabilidade dos activos numa margem negativa de -1%, sendo assim mostrando fraco retorno dos seus activos, contudo em comparação com o exercício económico passado houve uma ligeira melhoria na ordem de 2%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

Designação da entidade	Empresa Nacional de Parques de Ciência e		
Sede	Estrada Nacional nº1, Km 60		
Actividade	Criação de incubadoras de empresas de bases tecnológicas e parques científicos e Tecnológicos		
Data da constituição S.A.	04 de Março 2015		
NUIT	600001396		
Administrador Executivo	Feliz Pedro Malate		
Presidente do Conselho de Administração	Daniel Baloe Julião João Cumbane		
Advogada	Noélia Matabele		
Bancos	BCI- Banco Comercial e de Investimentos Millennium B.I.M. - Banco Internacional de Moçambique		
	Descrição	Valor	%
Estrutura dos sócios	Estado Moçambicano	441,600,000	100%
	Total	441,600,000	100%

Bases de preparação e declaração de cumprimento

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de dezembro de 2020, foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade baseado nas NIRF (PGC-NIRF) e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações Financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade. Na apresentação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que a Direcção formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3. Consequentemente, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da entidade com referência a 31 de dezembro de 2020, sendo apresentadas em Meticais, arredondadas ao Metical (MZN) mais próximo.

2. Princípios Contabilísticos

2.1 Activos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a **Empresa Nacional De Parques De Ciência e Tecnologia, E.P.**

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens entram em funcionamento, por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

Meio imobilizado	Vida útil esperada (em anos)	Método de Contabilização
Construções	10-20	Quotas constantes
Equipamento de transporte	4-5	Quotas constantes
Mobiliário social e Administrativo	6	Quotas constantes

A **Empresa Nacional De Parques De Ciência e Tecnologia, E.P.** efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Os bens com valor de aquisição inferior são reconhecidos nas demonstrações dos resultados. As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A entidade procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados do período aquando da sua anulação do reconhecimento.

2.2 Activos intangíveis

Os activos intangíveis da **Empresa Nacional De Parques De Ciência e Tecnologia, E.P.** no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A **ENPCT, E.P.** procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista,

reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.3 Clientes e dívidas de terceiros

São reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, deduzido das perdas por imparidade de modo a reflectir o seu valor realizável.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

2.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa à essa data.

2.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre as receitas tributáveis do ano, utilizando as taxas de impostos estipuladas por lei ou substancialmente estipuladas por lei à data do balanço e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitante a anos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No

final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

2.7 Especialização de exercícios e rédito

De acordo com esta base, Os custos e os proveitos bem como os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando a caixa ou seus equivalentes são recebidos ou pagos), e são registados na contabilidade e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos a que dizem respeito. Os custos e os proveitos bem como os efeitos das transacções e de outros acontecimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

2.10 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira (diferente da moeda funcional) foram convertidos para Meticais, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registados como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

Descrição	Moeda	31dez20	
		Compra	Venda

Dólar americano	USD	74.15	75.63
Euro	EUR	91.14	92.96
ZAR	ZAR	5.05	5.15

Descrição	Moeda	31dez19	
		Compra	Venda
Dólar americano	USD	60,85	62,06
Euro	EUR	68,22	71,06
ZAR	ZAR	4,22	4,30

2.11 Benefícios dos empregados

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). A empresa não tem obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos empregados quando são devidos.

2.12 Imparidades de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Outros custos operacionais". A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao

limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.13 Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Não existiam até a data do balanço responsabilidades e/ou processos judiciais da empresa para com terceiros.

2.14 Eventos subsequentes

Posteriormente a 31 de dezembro de 2020 até a data do relatório, não ocorreram eventos significativos que possam precisar de ajustes nas demonstrações financeiras; no entanto, o surto de Coronavírus (o "surto") representou ameaças à economia global e no que diz respeito ao relatório financeiro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que o surto de Coronavírus COVID-19 era uma pandemia. Muitos governos estão adotando medidas cada vez mais rigorosas para ajudar a conter a propagação do vírus, incluindo:

- exigir auto-isolamento / quarentena por aqueles potencialmente afectados;
- implementar medidas de distanciamento social; e
- controlar ou fechar fronteiras e "bloquear" cidades / regiões ou mesmo países inteiros.

A pandemia é um desafio sem precedentes para a humanidade e para a economia globalmente, e na data de finalização das demonstrações financeiras seus efeitos estão sujeitos a níveis significativos de incerteza. O impacto do coronavírus será monitorado de perto e avaliado quanto ao seu impacto nos negócios. A empresa adotou uma variedade de medidas e implementou planos de contingência para mitigar o impacto negativo da pandemia do vírus Corona. O plano de resposta abrange respostas operacionais e de risco de crédito para garantir que a empresa possa operar e atender clientes. Há, no entanto, uma grande chance de que essa pressão contínua nos mercados globais, como resultado da pandemia do COVID-19, leve a significativas perdas de mercado não realizadas.

À luz do exposto, a administração reavaliou a adequação do uso do pressuposto de continuidade operacional na preparação dessas demonstrações financeiras. Com base na avaliação realizada, a administração é de opinião que a dúvida significativa associada às incertezas atuais relacionadas ao vírus COVID-19 atualmente não resulta em incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa para continuar como uma preocupação permanente. O Conselho concorda com esta avaliação.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Direcção foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

(i). Vida útil dos activos tangíveis e intangíveis

A entidade reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes (avaliações efectuadas no transacto).

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

(ii). Provisões

São constituídas para fazer face a perdas prováveis e somente quando, a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa à essa data.

(iii). Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da entidade durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido as diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a entidade se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes

destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

4. Gestão de risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar a gestão de risco da Empresa. As políticas da Empresa de gestão de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites de risco e controlos apropriados, e para monitorar os riscos e aderência aos limites. As políticas de gestão de risco e sistemas são revistos regularmente para reflectir as mudanças nas condições de mercado e actividades da Empresa.

A Empresa, através da sua formação e as normas e procedimentos de gestão, tem como objectivo desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendam suas funções e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e monitora o cumprimento das políticas de risco da Empresa e procedimentos de gestão. A Empresa está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma perda inesperada se um cliente ou uma contraparte num instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e surge principalmente a partir das contas a receber da Empresa.

A Empresa não tem concentrações de risco de crédito, pois tem poucos clientes e não muito variados. O risco de crédito é influenciado principalmente pelas características individuais de cada cliente. Novos clientes são analisados individualmente para crédito, antes de serem oferecidas as condições de pagamento. A Empresa estabelece uma provisão para imparidade que representa sua estimativa de perdas incorridas no âmbito do comércio e outros créditos. A provisão de perda colectiva é determinada com base em dados históricos de estatísticas de pagamentos de activos financeiros semelhantes.

ii) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez envolve manter reservas suficientes de liquidez e manter linhas de crédito disponível. A abordagem de gestão da Empresa é garantir, na medida do possível, que a Empresa sempre terá liquidez suficiente para satisfazer as suas

responsabilidades, em condições normais e de stress, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da Empresa.

Notas às demonstrações financeiras
do ano findo em 31 de Dezembro de 2020 (continuação)

5. Gestão de risco, objectivos e políticas (continuação)

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que as mudanças nos preços de mercado irão afectar o rendimento da Empresa. O risco de mercado compreende o risco cambial e o risco da taxa de juro. O objectivo da gestão de risco de mercado é o de gerir e controlar riscos de mercado dentro dos parâmetros aceitáveis, optimizando o retorno. A Empresa não registou nenhum risco de mercado que impactasse de forma material nas contas da empresa.

iv) Risco da taxa de juro

Quanto a exposição do risco da taxa de juros a empresa não possui riscos significativos uma vez que não recorre a recursos da Banca, pois depende dos subsídios do Estado para financiar as suas actividades.

v) Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda directa ou indirecta decorrente de uma ampla variedade de causas associadas com os processos da Empresa, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de factores externos, como os requisitos legais e regulamentares e as normas geralmente aceites de comportamento corporativo. A gestão de risco operacional é principalmente atribuída à alta administração que desenha os procedimentos de controlo da Empresa.

O objectivo da Empresa é gerir o risco operacional, por forma a evitar perdas financeiras e prejudicar a reputação da Empresa com eficácia global de custos e para evitar que procedimentos de controlo prejudiquem a iniciativa e a criatividade. O principal responsável em desenvolver e implementar controlos para mitigar o risco operacional é atribuída a administração da Empresa.

5 Activos Tangíveis e intangíveis

O saldo desta rubrica é composto por Móveis e imóveis pertencentes a Empresa, conforme a descrição do mapa em epígrafe. Relativamente ao exercício 2020 conforme a tabela abaixo, onde destacamos:

Rubricas	Saldo Inicial	Reclassificação o Ajustamento	Aquisição	Alienações	Transferências as Abates	Saldo Final
Activos tangíveis						
321 Construcoes	441 600 000					441 600 000
322 Equipamento basico	18 735 297		15 673			18 750 970
323 Mobiliario e equipamento adn	34 587 259					34 587 259
324 Equipamento de Transporte	16 089 402					16 089 402
326 Ferramentas e Utensilios	467 017					467 017
329 Outros Activos Tangíveis	1 516 559		62 449			1 579 008
33 Activos intangíveis	8 821 340					8 821 340
Total	521 816 875		78 121	-		521 894 996
Depreciação						
Rubricas	Saldo Inicial	Reclassificação o Ajustamento	Depreciação do exercício	Alienações	Transferências as Abates	Saldo Final
Activos tangíveis						
3821 Construcoes	52 992 000		8 832 000			61 824 000
3825 Equipamento basico	14 059 596		442 087			14 501 683
3826 Mobiliario e equipamento adn	33 346 581		2 325 510			35 672 090
3827 Equipamento de Transporte	14 259 402		915 000			15 174 402
3828 Ferramentas e Utensilios	280 488		57 790			338 278
3829 Outros Activos Tangíveis	688 249		151 656			839 904
383 Activos intangíveis	8 821 340					8 821 340
Total	124 447 656		12 724 042	-		137 171 698
Total de Imobilizado liquido	397 369 218		(12 645 920)	-		384 723 298

6 Devedor estado

A rubrica deste saldo desta é composto pelos ativos de impostos registados durante 2020 conforme mostra a tabela abaixo:

Descrição	2020 MT
Pagamentos por conta	2 524 583
IVA a recuperar	4 429 594
Outros Rendimentos	79 449
Total	7 033 627

7 Clientes

O saldo desta rubrica é composto por responsabilidade de terceiros à favor da ENPCT, E.P, resultante da venda de serviços durante o ano 2020 e outros adiantamentos.

Descrição	2020 MT
BIM	248 378
CEDSIF.IP	832 709
Outros adiantamentos	(419 428)
Total	661 659

8 Outros devedores

O saldo desta rubrica é composto por responsabilidade de terceiros à favor da ENPCT, E.P, resultante de adiantamentos e garantias.

Descrição	2020 MT
Adiantamentos aos trabalhadores	11 078
Garantias a clientes	477 485
Total	488 562

9 Caixa e bancos

O saldo desta rubrica representa os saldos dos montantes em caixa, depositados e/ou constantes nas contas bancárias pertencentes a sociedade ENPCT, E.P., com referência a 31 de dezembro de 2020.

Descrição	2020 MT
Caixa	
Caixa fundo de manei	1 683
Bancos	
Deposito a ordem	
BIM	17 445 138
BCI	4 997 933
BCI-USD	693 001
BCI-EUROS	2 416 388
Total	25 554 143

10 Capitais próprios

O saldo desta rubrica representa os saldos das alterações do capital próprio da empresa, com referência a 31 de dezembro de 2020.

Capital proprio atribuiveis aos detentores do capital da ENPCT, E.P.

Natureza dos Movimentos	Capital social	Reservas legais	Resultados Transitados	Resultados suplementares	Resultado do periodo	Total	Total do capital proprio
Saldo no inicio de 2020	441 600 000	64 713 892	(11 858 122)	-	(98 679 475)	395 776 296	395 776 296
Ajustamentos de capital		(64 713 892)		64 713 892			
Resultado líquido do periodo			(98 679 475)		(4 284 275)		
Saldo no fim de 2020	441 600 000	-	(110 537 597)	64 713 892	(4 284 275)	391 492 020	391 492 020

11 Rendimentos deferidos e Outros Credores

O saldo desta rubrica representa os subsídios para investimento e outros empréstimos para investimentos de capitais com referência a 31 de dezembro de 2020.

Descrição	2020 MT
Outros rendimentos diferidos	6 709 623
Sub-total	6 709 623
Outros Credores	
Empréstimos para investimentos	10 000 000
Sub-total	10 000 000
Total	16 709 623

12 Credor estado

O saldo desta rubrica representa as responsabilidades para com estado pertencentes a sociedade ENPCT, E.P., com referência a 31 de dezembro de 2020.

Descrição	2020 MT
Rendimentos de trabalho dependente	384 328
Contribuições para o INSS	154 565
Total	538 893

13 Acréscimo de gastos

O saldo desta rubrica representa os gastos com os consultores reconhecidos no exercício cujo pagamento irá ocorrer no exercício económico seguinte.

Descrição	2020 MT
Gastos com auditorias e outros consultores	1 605 366
Total	1 605 366

14 Outros credores

O saldo desta rubrica representa as remunerações a pagar aos trabalhadores, consultores e diversos.

Descrição	2020 MT
Remunerações a pagar aos trabalhadores	1 240 301
Consultores, assessores e intermediários	368 550
Diversos	243 272
Total	1 852 123

15 Fornecedores

O saldo desta rubrica representa as responsabilidades com entidades externas conforme apresentado abaixo:

Descrição	2020 MT
TECNICA INDUSTRIAL	122 997
EDM	2 871 460
TDM	3 360 423
Credores diversos	29 806
Subtotal	6 384 686

16 Vendas de serviços

O saldo desta rubrica representa as receitas realizadas com os clientes conforme apresentado abaixo:

16. Vendas de serviços

Descrição	2020 MT
CEDSIF.IP-serviços de formação	4 898 232
BIM-Arendamento de espaço	2 851 127
Soltrain-aluguer de viaturas para formação	100 000
Total	7 849 359

17 Gasto com pessoal

O saldo desta rubrica é composto por gastos que a empresa incorreu com os seus trabalhadores durante o exercício económico de 2020 como mostra a tabela abaixo:

Descrição	2020 MT
Salario Normal	18 139 119
Subsídios	10 426 234
Horas extras	61 939
Encargos sobre remunerações	1 060 141
Formação com pessoal	12 000
Ajuda de custo	12 000
Outros gastos com pessoal	1 549
Total	29 712 982

18 Fornecimentos de serviços com terceiros

O saldo desta rubrica é composto por gastos incorridos com fornecimentos de serviços de terceiros durante o exercício económico de 2020 conforme mostra a tabela abaixo:

Descrição	2020 MT
Eletricidade	4 707 092
Gasóleo	1 199 090
Material de manutenção e reparação	362 987
Mat manutenção e rep - Outros	254 111
Material de escritório	130 110
Manutenção e reparação	209 077
Honorários	1 540 486
Seguros	188 269
Limpeza Higiene e conforto	242 187
Despesas de Centro de Dados	103 974
Projecto Solar	758 513
Outros serviços diversos	392 362
Total	10 088 257

19 Outros ganhos ou perdas operacionais

O saldo desta rubrica é composto pelos subsídios do estado (Governo de Moçambique) no âmbito de investimento e de exploração durante o exercício económico de 2020 conforme mostra a tabela abaixo:

Descrição	2020 MT
Subsídios para investimento	779 448
Subsídios para exploração	37 767 715
Total	38 547 164